

A. 2 — 1.º caderno — OPINIÃO — Domingo, 17 de julho de 1988

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carqueiro Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

## Nacionalismo e xenofobia

Amplamente evidenciado nas decisões do Congresso constituinte, o preconceito diante do capital externo é uma atitude ideológica que se vem mantendo inalterada em expressivos setores de opinião, não obstante as profundas transformações econômicas e sociais por que passou o país desde o apogeu, durante os anos 50, desta forma de nacionalismo exacerbado.

Com o passar do tempo, o ponto de vista refratário ao investimento estrangeiro só fez acumular seus paradoxos. Um de seus princípios fundamentais era o de que não interessava aos países desenvolvidos industrializar as nações periféricas: o capitalismo internacional procuraria manter esses países numa situação colonial, voltada exclusivamente para a produção de matérias-primas. O projeto de industrialização do Brasil dependeria, segundo esse ponto de vista, de uma decisiva tomada de consciência nacionalizadora. A presença de inúmeras indústrias estrangeiras no Brasil tornou o argumento sem sentido; não deixou de fortalecer, por via inversa, a xenofobia de algumas correntes políticas.

O país desenvolveu-se, em termos quantitativos, de forma impressionante; as incoerências ideológicas conheceram, entretanto, uma nova versão. Caracteriza-se como insuperável, por exemplo — e com razão —, um quadro em que o país, dadas as pressões da dívida externa, é levado a transformar-se num exportador líquido de capitais. Ao mesmo tempo, a possibilidade inversa — isto é, a atração de novos investimentos estrangeiros — é vista por alguns setores como verdadeiro atentado à soberania nacional.

Ninguém discute a necessidade de que se controlem as remessas de lucros ao exterior, de que seja incentivada a tecnologia nacional, de que se adotem proteções tarifárias à indústria brasileira, de que se obtenham condições as mais favoráveis possíveis no acerto com os credores estrangeiros. Importa não confundir estes objetivos com um emocionalismo político cujo efeito, em última análise, é apenas o de afastar o concurso de investimentos para o país.

O Brasil dispõe de recursos naturais e de mão-de-obra abundantes, mas de escasso capital próprio. Qualquer iniciativa que afaste o investidor estrangeiro só pode ter, como consequência, um atraso no ritmo do desenvolvimento econômico. Ou então, o que seria ainda mais indesejável, importaria num esforço descomunal no sentido de suprir, pela poupança interna, as deficiências de investimento. Ora, uma elevação do nível da poupança interna significa uma proporcional

diminuição do consumo — decorrência lógica, mas obviamente impopular, do repúdio ao investidor externo.

São puramente imaginários, por outro lado, os argumentos em torno da "segurança nacional" que tanto a direita como a esquerda costumam invocar em defesa da xenofobia. Nada impede que, num quadro de emergência, os setores essenciais para a produção de energia, de veículos ou armamentos sejam postos sob controle direto do Estado. O que não se justifica é manter, como se numa situação de guerra permanente, uma série de impedimentos e reservas de mercado na economia brasileira, premiando com um sistema de cartórios alguns setores do empresariado nacional.

A determinação de que a pesquisa de recursos minerais é exclusiva das empresas de capital nacional; o veto a que multinacionais se dediquem à prestação de serviços de previdência médica; o enfático apoio à reserva de mercado na informática; a possibilidade aberta de que seja estendida a outros campos de atividade, tudo vai configurando um quadro de discriminação e nacionalismo no Congresso constituinte que não poderia ser mais pernicioso ao desenvolvimento do país. Defende-se a estagnação, premia-se a ineficiência, caminha-se no sentido de um isolacionismo ultrapassado até mesmo nos países do bloco socialista, em função de um puro preconceito ideológico.

Ninguém propõe, em sua consciência, uma política de abertura total, de internacionalização econômica do Brasil: experiências como a da Argentina sob a gestão de Martínez de Hoz, quando se importavam desenfreadamente bens de consumo supérfluo, tiveram o mais grave impacto sobre a indústria daquele país. Nem os adversários mais convictos da reserva de mercado defendem a supressão de barreiras alfandegárias a produtos tecnológicos estrangeiros. Não há, tampouco, quem não reconheça a importância de se destinarem recursos à pesquisa de soluções próprias, capazes de aproveitar a matéria-prima nacional, em qualquer ramo da atividade produtiva — da indústria farmacêutica à mecânica pesada. Entre um nacionalismo consequente e o puro elogio do cartorialismo; entre a consciência dos interesses do país e a paranóia da segurança nacional; entre o desenvolvimento e a estagnação, as diferenças são tão óbvias como radicais. O Congresso constituinte insiste em desconsiderá-las. É o próprio futuro da sociedade brasileira que se vê gravemente comprometido com esta atitude.